

DESTAQUE – TRANSPORTE – A PRIMEIRA OBRIGAÇÃO VERDE DA SNCF

Com a baixa dos créditos bancários, nós assistimos hoje o desenvolvimento do mercado mundial de “green bonds” também chamados de obrigações verdes. Esse mercado promove a transação energética e o desenvolvimento sustentável financiando projetos com essa finalidade. É por este sistema de financiamento que à SNCF, até então em débito na quantia de 44 milhões de euros, foi concedido 900 milhões de euros para renovar sua rede de infraestrutura e ao mesmo tempo proteger a biodiversidade e os recursos naturais. A nível mundial é a primeira gestonária de infraestrutura a emitir títulos verdes. Esse “empréstimo” verde é tomado por 15 anos a uma taxa de 1,104%. O EPIC convenceu muitos investidores, principalmente nórdicos, da importância crucial que representa a renovação de sua rede de infraestrutura. Ela demonstrou que vários anos de exercício serão assegurados ao transporte ferroviário, que é muito menos poluente que outros em matéria de emissão de CO₂. Ela também é certificada pela Oekom Research et Climate Bond Initiative. O Estado francês também se engajou a emitir títulos verdes a partir do ano que vem.

BIODIVERSIDADE – O DESAPARECIMENTO DA POPULAÇÃO DE VERTEBRADOS

O relatório Planeta Vivo 2016 publicado em 27 de outubro, pelo Fundo Mundial pela Natureza (WWF) lança um sinal de alarme no que diz respeito ao desaparecimento da população de vertebrados (peixes, pássaros, mamíferos, anfíbios e répteis). O relatório revela um fato esclarecedor: a população dos vertebrados diminuiu em 58% entre 1972 a 2012. Para avaliar a evolução dos vertebrados, a WWF se baseou sobre dois índices: o índice planeta vivo e a pegada ecológica, que mais uma vez denuncia o impacto do homem sobre o meio ambiente. O aumento da população humana provoca uma urbanização prejudicial para o meio ambiente. Especificamente, é no nosso sistema alimentar que a WWF aponta o dedo. Ele causa a sobre-exploração das espécies. Cada vez mais as espécies são sobre-exploradas resultando no consumo excessivo da agricultura, da água, do desmatamento, da poluição do ar, e do solo. O sistema alimentar toca várias problemáticas ambientais. Como indica Marco Lambertini, diretor geral da WWF, a situação é ainda mais alarmante porque não é apenas uma perda de espécies, mas um colapso do ecossistema. É necessário então colocar em prática soluções eficazes para assegurar a perenidade do ecossistema e da biodiversidade.

DEJETOS E URBANISMO – CASAS DE PLÁSTICO RECICLÁVEL NA COLÔMBIA



E Em 2014, Oscar Mendez, empresário do grupo Conceptos Plásticos, teve a ideia de construir casas de tijolos feitos de plástico usado. Hoje a construção de 600 novas casas está na agenda para o ano 2018. Esse projeto global tem uma dupla finalidade. A primeira é dar uma nova vida aos dejetos plásticos que levam mais de 500 anos para se degradar na natureza. A segunda é a construção de habitações para aqueles que não têm. Essas casas apresentam diversas vantagens, tais como o baixo custo e o baixo impacto ecológico. Os tijolos são leves e fáceis de montar, o que torna o tempo de construção muito atraente. Esse projeto leva em conta questões ecológicas, sociais e econômicas. A empresa é atualmente auxiliada por agências externas de financiamento e colheita de resíduos plásticos, o que aspira a uma economia circular. Ela gostaria de coletar diretamente na casa das pessoas para reduzir a poluição relacionada ao transporte. O aumento do número de toneladas de dejetos que ela trata por mês é igualmente uma de suas ambições.

MEIO AMBIENTE – AÇÃO DE GRUPO VAI FINALMENTE INTEGRAR O CÓDIGO DO MEIO AMBIENTE

Solicitado pela lei de transição energética, o decreto relativo à programação plurianual de energia foi publicada no Jornal Oficial em 28 de outubro. Ele fixa uma série de objetivos em matéria de consumo e produção de energia fóssil, de eletricidade e de gás. Ele avalia as necessidades energéticas do país nos próximos anos e, por dedução, as necessidades de capacidade de produção em conformidade com os objetivos gerais da lei. A programação prevê objetivos mais ambiciosos para o desenvolvimento de energias renováveis e define os números em termos de redução da consumação de energia primária fóssil em relação a 2012: -8,4% em 2018 e -15,8% em 2023 para o gás natural; respectivamente -15,6% e -23,4% para o petróleo; -27,6% e -37% para o carbono. Enfim, todas as formas de energias, a PPE visa uma baixa na consumação final de -7% em 2018 e -12,6% em 2023 em relação a 2012. Contudo, a PPE não traça nada sobre o futuro nuclear. Assim, ela simplesmente lembra a meta presidencial de reduzir a quota nuclear de 75% a 50% no mix de energia elétrica. Quanto ao resto, ela se refere à EDF.

ENERGIA – A PROGRAMAÇÃO ENERGÉTICA PLURIANUAL É PUBLICADA

Solicitado pela lei de transição energética, o decreto relativo à programação plurianual de energia foi publicada no Jornal Oficial em 28 de outubro. Ele fixa uma série de objetivos em matéria de consumo e produção de energia fóssil, de eletricidade e de gás. Ele avalia as necessidades energéticas do país nos próximos anos e, por dedução, as necessidades de capacidade de produção em conformidade com os objetivos gerais da lei. A programação prevê

CJUE 07 DE OUTUBRO DE 2016, C-584/14 – DEJETOS:

Por esta decisão a Corte de Justiça da União Europeia condenou a República Helénica a pagar uma multa de 30.000 euros por dia de atraso na execução do acordo do mesmo tribunal de 10 de setembro de 2009 (C-286/06). A Grécia tinha sofrido um processo de infração pela Comissão por não tomar as medidas necessárias para transpor a diretiva 2006/12/CE relativa aos dejetos e 1999/31/CE relativa aos dejetos perigosos. O Estado membro foi responsabilizado por deficiências que “*não foram nem elaboradas e nem adotadas dentro de um prazo razoável, um plano de dejetos perigosos (...) e nem estabeleceram uma rede integrada e adequada de instalações de eliminação de dejetos perigosos*”. Esta decisão vem destacar a importância que liga a Corte de Justiça à obrigação resultante que incumbe aos estados membros em matéria de transposição das diretivas europeias. As circunstâncias que um Estado está em curso de elaboração de planos de gestão de dejetos e de instalações adequadas em matéria de dejetos médicos, de sub-produtos animais e de bifenilas policloradas (PCB) serão estabelecidas apenas pelo estado membro que estiver de acordo com a diretiva. A primeira decisão também deu à Grécia um prazo para sanar as deficiências identificadas. Visto que a situação continua imodificável, a Comissão vem perante a Corte para submeter a Grécia à astreinte necessária para que o estado membro possa tomar as medidas necessárias em um assunto tão importante quanto a gestão de resíduos perigosos.

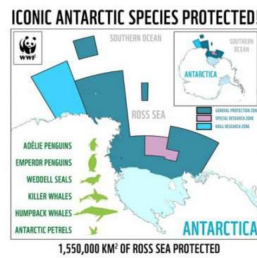
CJUE – 27 DE OUTUBRO DE 2016, C-190/15 – TURBINAS EÓLICAS:

A Corte respondeu afirmativamente ao Conselho de Estado belga que tinha diante de si a título prejudicial um decreto regulamentar que estabelece as disposições-quadro para a instalação de turbinas eólicas, que deve ser entendido como parte de “planos e programas” e, portanto, ser objeto de uma avaliação de impacto e participação do público, nos termos da diretiva 2001/42/CE.

objetivos mais ambiciosos para o desenvolvimento de energias renováveis e define os números em termos de redução da consumação de energia primária fóssil em relação a 2012: -8,4% em 2018 e -15,8% em 2023 para o gás natural; respectivamente -15,6% e -23,4% para o petróleo; -27,6% e -37% para o carbono. Enfim, todas as formas de energias, a PPE visa uma baixa na consumação final de -7% em 2018 e -12,6% em 2023 em relação a 2012. Contudo, a PPE não traça nada sobre o futuro nuclear. Assim, ela simplesmente lembra a meta presidencial de reduzir a quota nuclear de 75% a 50% no mix de energia elétrica. Quanto ao resto, ela se refere à EDF.

 **POLUIÇÃO DO AR – CONCENTRAÇÃO RECORD DE PARTICULAS FINAS EM NOVA DELHI**

A poluição do ar na Índia é, infelizmente, falada por mais de dez anos, mas ela vem se tornando mais e mais inquietante: no dia 31 de outubro de 2016, Nova Delhi bateu recorde de poluição.



A concentração de partículas finas foi 10 vezes superior que o limiar recomendado pela OMS. A poluição atmosférica representa uma real preocupação e ela é particularmente perigosa no inverno porque não vento para dissipar as partículas finas que se concentram durante o período de frio. Elas podem causar graves doenças respiratórias, sabendo que na Índia essa é a principal causa de morte de 620.000 pessoas por ano e que um terço das crianças são afetadas por essas doenças. O governo indiano, no entanto, não está inerte perante a situação crítica de seu país, tendo criado inclusive

uma jurisdição (“tribunal verde”). A alternância do tráfego foi um fracasso, mas outras medidas foram tomadas como a instalação de purificadores de ar no centro da cidade. Mas será que essas medidas são suficientes para lidar com uma poluição dessa magnitude?

 **MARÍTIMO – REFORÇAR O SANTUÁRIO DA ANTÁRTICA**

No fim de outubro foi realizada em Hobart na Austrália a reunião anual da Comissão para a conservação da fauna e da flora marinha da Antártica (CCAMR) que resultou no acordo histórico que visa tornar santuário a área de 1,55 milhões de km² do mar de Ross. A “santuariação” deste espaço implica na interdição da pesca na zona e limitação de fins científicos na área remanescente. O mar de Ross é considerado como o último oceano do mundo pela poluição e perturbação humana, já que contém 10.000 espécies únicas. A criação desta área marinha protegida entrará em vigor em dezembro de 2017 e foi possível graças a Rússia que irá retornar em 2017 com o “ano da ecologia” cujo veto até então impedia a unanimidade dos 25 Estados da CCAMR neste acordo. Este acordo que é positivo para a proteção da biodiversidade marinha contrasta ao mesmo tempo com as dificuldades sentidas pela Comissão Baleeira Internacional para fazer respeitar as interdições da pesca de baleia pelo Japão na Antártica.

 **POLUIÇÃO – MULTA IRRISÓRIA PARA NORILSK NICKEL**

Em setembro passado, o rio Daldykan, próximo do Círculo Polar Ártico, na Rússia, foi subitamente tomado de vermelho de sangue por vários quilômetros. Presume-se que a origem desta coloração foi causada pelo despejo de uma usina de processamento de níquel (Norilsk Nickel) em Norilsk. Essa cidade é julgada como uma das mais poluídas do mundo, notadamente por causa da transformação do níquel por esta usina que despeja milhões de toneladas de dióxido de enxofre por ano. A esta poluição atmosférica é somada uma poluição das águas por uma lama vermelha no rio. A empresa russa inicialmente negou ser a fonte da poluição, mas depois de reconhece-la acrescentou que não havia nenhum risco de perigo para a saúde humana ou para a vida aquática. O veredito da condenação saiu esta semana e coloca sobre a responsabilidade do grupo mineiro a multa irrisória de 35.000 rublos (por volta de 500 euros). O poluidor dificilmente receberia uma pena mais severa porque a infração prevê uma pena de multa que varia de 30.000 a 40.000 rublos, questionando o nível de proteção ao meio ambiente por esta lei russa.

